

A BIODIVERSIDADE PARA A EDP

ACÇÕES DE PROTECÇÃO DA VIDA SELVAGEM

A biodiversidade e o sector privado

A preocupação com a biodiversidade surge no meio empresarial como tema de reflexão mundial em 1992, com a Conferência do Rio, onde pela primeira vez o sector privado foi considerado como uma das partes envolvidas no processo e cuja a participação se tornaria fundamental para o sucesso das iniciativas decorrentes de fóruns mundiais desta natureza. Após a publicação *Changing Course: A global Business perspective on development and the Environment*, de #####, e reconhecida a sua importância para a reflexão em curso, foi criada a primeira associação internacional empresarial para manter vivo o debate em torno dos novos conceitos de desenvolvimento sustentável – o *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD). Esta associação, hoje líder mundial nesta matéria, é presentemente constituída por mais de 180 empresas internacionais localizadas em 35 países e abrange pelo menos 20 dos mais importantes sectores industriais.

Em 1997, o WBCSD publicou conjuntamente com o IUCN – *The World Conservation Union*, um guia para o sector privado sobre a compatibilização do negócio com a preservação da biodiversidade. Esta publicação acelerou o início de uma reflexão aprofundada sobre esta temática entre agentes que, pela primeira vez, avaliaram as consequências das suas actividades numa escala global e a necessidade de participarem activamente na definição de políticas de conservação, pois a alternativa seria a exclusão do debate, resultando provavelmente em implicações severas e de longa duração para muitos dos sectores industriais actuais.

A protecção Ambiental para a EDP

A EDP é Membro Fundador do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável – BCSD Portugal, estrutura portuguesa do WBCSD desde 2001, e desde 2004 que assume a presidência deste Conselho através do Sr. Eng. Francisco de La Fuente Sánchez .

Com preocupações ambientais muito anteriores à Lei de Avaliação de Impacte Ambiental, publicada em 1990, a EDP realiza Estudos de Impacte Ambiental desde 1980, constituindo prática corrente a sua implementação para a totalidade dos novos grandes projectos termo e hidroeléctricos nacionais.

Em 1991, foi criado como órgão estatutário um Conselho de Ambiente constituído por um conjunto de personalidades de competências reconhecidas nesta matéria. Esta iniciativa, pioneira internacionalmente, é ainda hoje considerada como uma boa prática empresarial, só muito recentemente seguida por algumas congéneres. Este órgão, de carácter consultivo, tem, no decorrer destes anos, permitido à empresa, através da sua auscultação, orientar as suas políticas de ambiente às necessidades dos seus diferentes *stakeholders*.

A protecção ambiental foi assumida formalmente como área estratégica para o desenvolvimento da Empresa, em 1994, com a publicação da sua Política de Ambiente e Código de Boas Práticas, onde se destaca a necessidade de “Promover acções que visem contribuir para estratégias definidas de conservação da natureza e de valorização cultural, no respeito pelo princípio da unidade do ambiente, expresso na diversidade e integridade dos ecossistemas naturais (...)”.

Já em 2004, decorrente da necessidade de enquadrar as suas actividades numa óptica de desenvolvimento sustentável, a EDP aprovou os seus Princípios de Desenvolvimento Sustentável, aplicados a todo o Grupo.

Estudos promovidos pela EDP

Através de uma cuidada selecção dos trabalhos promovidos/realizados nos últimos anos, a apresentação pretende evidenciar os principais projectos de conservação da natureza onde a EDP participou, em particular alguns dos protocolos estabelecidos com instituições governamentais e não governamentais. Serão também referidos os planos de monitorização em curso ou concluídos em regiões sensíveis onde foram construídos parques eólicos EDP e as suas conclusões serão apresentadas. Finalmente, serão enumerados e descritos alguns estudos financiados pela EDP nos últimos anos.

Será igualmente feita referência a estudos desenvolvidos no Brasil, nomeadamente aqueles que decorreram da Avaliação de Impacte Ambiental da central hidroeléctrica de Peixe Angical, localizada no Rio Tocantins, Estado de Tocantins.

A necessidade de desenho de políticas corporativas

Conscientes de dois factos de grande relevância nesta matéria:

- § as alterações à biodiversidade decorrentes da actividade humana foram mais rápidas nos últimos 50 anos do que noutra qualquer da historia da humanidade;
- § todos os cenários futuros efectuados pelo *Millenium Ecosystem Assessment* apontam para a manutenção ou aceleração das taxas de alteração da biodiversidade;

está a tornar-se imperativo para as grandes empresas assumirem publicamente políticas corporativas de biodiversidade, de forma a demonstrar para o exterior o seu empenho em contribuir para a minimização do problema mundial de forma mais estruturada, sistemática e enquadrada num cenário global. A EDP está actualmente a rever toda a colaboração dada nesta área, no passado e no presente, e pretende, até ao final do ano explicitar aos seus *stakeholders* a sua política futura, assente desde já num conjunto de princípios básicos:

- § Divulgação científica, melhorando os canais de difusão do conjunto de estudos promovidos pela empresa e pouco ou mal conhecidos;
- § Definição de critérios de financiamento de projectos, privilegiando iniciativas que permitam minimizar os impactes ambientais decorrentes da actividade da Empresa e projectos que contribuam mundialmente para um conhecimento científico mais aprofundado da biodiversidade em ecossistemas na esfera de influência da empresa.